



## PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JORGE DO IVAÍ

CNPJ/MF. 76.282.649/0001-04

PRAÇA SANTA CRUZ, 249 – CENTRO – FONE (044) 3243-1157

São Jorge do Ivaí – PR – E-mail: prefeitura@pmsjivai.pr.gov.br

### PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO – PGM

Tomada de preço nº 01/2018

Processo Licitatório nº 11/2018

**Assunto:** *Execução de Recapeamento Asfáltico na Estrada municipal NT 403 – Estrada Copacabana, trecho entre Km 2,38 e Km 4,90, no Município de São Jorge do Ivaí, conforme projeto, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e demais especificações constantes neste edital, processo administrativo nº 59553.000037/2016-08, convenio 826853/2016, Ministério da Integração Nacional.*

#### **Dos Fatos**

Foi aberto processo licitatório a pedidos da Secretarias de Obras Públicas para contratação de empresa para execução de recapeamento asfáltico na estrada municipal NT403 – Estrada Copacabana, trecho entre Km 2,38 e Km 4,90, no Município de São Jorge do Ivaí, conforme projeto, planilha orçamentária, cronograma físico financeiro e demais especificações constantes neste edital, processo administrativo nº 59553.000037/2016-08, convenio 826853/2016, Ministério da Integração Nacional.

Publicado o edital, estabelecendo as regras de participação, a data para apresentação dos envelopes de habilitação e propostas.

Aberta a sessão, credenciaram-se 6 (seis) empresas se credenciaram para participação do certame, sendo elas:

L.B. FERNANDES CONSTRUÇÕES EIRELI;

WEILLER CONSTRUÇÕES CIVEL LTDA;

CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP;

CONSTRUTORA LIOTTO LTDA;

EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA e;

ECO SUL BRASIL CONSTRUTORA EIRELI.

1

Aberta a sessão passou-se a abertura dos envelopes de habilitação, o presidente da Comissão de licitação proferiu decisão desabilitando todas as empresas pois: WEILLER CONSTRUÇÕES CIVEL LTDA deixou de apresentar 2 vias do anexo VII, descumprindo então o item 4.1.5.3; CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP deixou de apresentar a relação de pessoal técnico e equipamentos necessários a execução da obra, descumprindo o item 4.1.3 alínea “c” do edital; L.B. FERNANDES CONSTRUÇÕES EIRELI deixou de apresentar as alterações contratuais anteriores e não apresentou a relação de pessoal técnico e equipamentos necessários a execução da obra, descumprindo, respectivamente, os itens 4.1.1 alínea “b” e 4.1.3 alínea “c”; EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA, deixou de apresentar a relação de pessoal técnico e equipamentos necessários a execução da obra, descumprindo o item 4.1.3 alínea “c” do edital; ECO SUL BRASIL CONSTRUTORA EIRELI, deixou de apresentar certidão negativa de pessoa física e jurídica para fins de licitação e não apresentou a relação de pessoal técnico e equipamentos necessários a execução da obra descumprindo, respectivamente, os itens 4.1.3 alíneas “a”, “b” e “c”, e; CONSTRUTORA LIOTTO deixou de apresentar a relação de pessoal técnico e equipamentos necessários a execução da obra, descumprindo o item 4.1.3 alínea “c” do edital.

Em virtude da inabilitação de todas as empresas, o Sr. Presidente abriu o prazo de 5 (cinco) dias para apresentação, se querendo, de recurso.

As empresas CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP, WEILLER CONSTRUÇÕES CIVEL LTDA apresentaram recurso no dia 22 de fevereiro de 2018 e as empresas EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA e L.B. FERNANDES CONSTRUÇÕES EIRELI apresentaram recursos em 23 de fevereiro de 2018;

Devidamente intimadas as empresas a apresentarem suas contrarrazões aos recursos apresentados, não houve manifestação.

#### **Razoes das Recorrentes**

Inconformada com sua inabilitação na tomada de preços, a empresa CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP, apresentou recurso administrativo contra decisão do Presidente, que a desclassificou, pois deixou de apresentar a relação de pessoal técnico e equipamentos necessários a execução da obra, descumprindo o item 4.1.3 alínea “c” do edital.

Alega a Recorrente que cumpriu todos os requisitos do edital e que “segui ao pé da letra” o modelo denominado de Anexo IV do edital, não havendo qualquer razão para a sua inabilitação, requerendo o provimento do recurso e a declarando habilitada a prosseguir na licitação.

Inconformada com sua inabilitação na tomada de preços, a empresa WEILLER CONSTRUÇÕES CIVEL LTDA, apresentou recurso administrativo contra decisão do Presidente, que a desclassificou, pois deixou de apresentar 2 vias do anexo VII, descumprindo então o item 4.1.5.3,

Alega a Recorrente que cumpriu todos os requisitos do edital e que a sua inabilitação do certame foi causa de excesso de formalismo por parte da administração, pois se tratava de um erro que não traria prejuízos ao processo licitatório e que o próprio servidor poderia retirar





uma cópia e a autenticar pois possui fé pública, não havendo qualquer razão para a sua inabilitação, requerendo o provimento do recurso e a declarando habilitada a prosseguir na licitação.

Inconformada com sua inabilitação na tomada de preços, a empresa EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA, apresentou recurso administrativo contra decisão do Presidente, que a desclassificou, pois deixou de apresentar a relação de pessoal técnico e equipamentos necessários a execução da obra, descumprindo o item 4.1.3 alínea "c" do edital.

Alega a Recorrente que cumpriu todos os requisitos do edital e que deveria seguir o modelo denominado de Anexo IV do edital, não havendo qualquer razão para a sua inabilitação, requerendo o provimento do recurso e a declarando habilitada a prosseguir na licitação.

Inconformada com sua inabilitação na tomada de preços, a empresa L.B. FERNANDES CONSTRUÇÕES EIRELI, apresentou recurso administrativo contra decisão do Presidente, que a desclassificou, pois deixou de apresentar as alterações contratuais anteriores e não apresentou a relação de pessoal técnico e equipamentos necessários a execução da obra, descumprindo, respectivamente, os itens 4.1.1 alínea "b" e 4.1.3 alínea "c".

Alega a Recorrente que cumpriu todos os requisitos do edital, sendo que se trata de empresa EIRELI e que conforme determinação da Junta Comercial do Estado do Paraná todas as alterações devem constar transcritas na última alteração, ou seja, que as alterações já estão consolidadas no contrato social, dispensando, desta forma, a apresentação de alterações contratuais anteriores; já com relação a declaração alega que seguiu o modelo constante no Anexo IV do edital, não havendo qualquer razão para a sua inabilitação, requerendo o provimento do recurso e a declarando habilitada a prosseguir na licitação.

### **Tempestividade**

Estabelece o item 9 do edital, que em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas no art. 109 da lei 8.666/93, sendo que para apresentação de recursos, será concedido o prazo de até 5 (cinco) dias para apresentação das razões de recurso.

A sessão do certame foi realizada em 16 de fevereiro de 2018 (sexta-feira), sendo o presente recurso protocolado em 22 e 23 de fevereiro de 2018.

Assim, o recurso e suas contrarrazões foram apresentados tempestivamente.

### **No Mérito**

Reza o art. 3º da Lei 8.666 que o processo observará:

*"A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da*



*legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos”.*

Assim, o processo licitatório visa, além de atender o interesse público, buscar a proposta mais vantajosa à Administração vinculando-a ao instrumento convocatório para promover a igualdade de condições entre os licitantes, através de um julgamento objetivo.

Todo licitante ao elaborar uma proposta para atender a uma licitação pública, deve ter em mente que está fazendo algo totalmente diferente do que se estivesse elaborando uma proposta para uma empresa privada.

#### **Da declaração estabelecida no Edital na alínea “c” do item 4.1.3**

Diz o edital, no item 4.1.3. alínea “c” que:

*“c) Declaração, assinada pelo representante legal do proponente, de que manterá na obra um Engenheiro Civil, co-responsável na gerência dos serviços, indicando o nome e o número de inscrição junto ao CREA, cujo nome deverá constar na Anotação de Responsabilidade Técnica (ART) relativa à obra objeto da presente licitação e que, se for considerado adjudicatário do objeto da presente licitação, **disporá de pessoal técnico indicando a composição, bem como de equipamentos necessários à execução da obra, de acordo com o modelo constante do Anexo IV**”.*

Como se pode extrair dos requisitos necessários para a elaboração da declaração, esta determinou que, deveria indicar a composição do pessoal técnico e ainda, a indicação dos equipamentos necessários para a execução da obra.

É o que se extrai da redação do art. 30, §6º, da Lei 8.666, que dispõe:

“Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

(...)

§ 6º As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante **a apresentação de relação explícita** e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.”





Nessa linha leciona Rolf Dieter Oskar Friedrich Bräunert, em sua obra voltada a licitações de obras e serviços de engenharia:

**“Pode ser fixado como requisito, no instrumento convocatório, que o Proponente deverá comprovar a existência de disponibilidade de máquinas e equipamentos, assim como de pessoal técnico apto à execução da obra ou serviço de engenharia. Neste caso, o Proponente deverá apresentar uma relação de máquinas, equipamentos e de pessoal técnico especializado, declarando formalmente e expressamente a sua disponibilidade. Deve ficar bem claro que esta declaração obriga o Proponente, se for contratado, a disponibilizar os bens e pessoal no canteiro de obras ou no local onde será executada a obra ou serviço**

Complementarmente, transcrevem-se as lições de Jessé Torres Pereira Júnior, que defende:

“Se o ato convocatório houver de formular exigência respeitante a instalações, equipamento e pessoal especializado ainda na fase de habilitação preliminar, o habilitante está autorizado a satisfazê-la por meio de declaração formal de que dispõe dos itens exigidos, em condições de atender ao objeto da licitação; instruirá a declaração com rol que os discrimine. Esta a diretriz que o parágrafo traça para os licitantes.

Dessa feita, sendo necessário, em face das peculiaridades do objeto licitado, é válido que a Administração defina em edital que o Licitante apresente a composição mínima da equipe técnica e equipamentos que julgar necessária para a satisfatória execução do objeto, ante a sua complexidade, temos que improcede o pedido das recorrentes quando deste item, L.B. FERNANDES CONSTRUÇÕES EIRELI, CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP e EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA.

#### **Do Contrato social e a falta de suas alterações anteriores, requisitos descritos no item 4.1.1**

A Empresa recorrente L.B. FERNANDES CONSTRUÇÕES EIRELI apresentou no envelope de habilitação o documento que comprova a sua constituição, que nesse caso e a 9ª Alteração Contratual, sendo comprovada através de qualquer dos itens descritos no item 4.1.1, vejamos:

#### **4. DA HABILITAÇÃO**

##### **4.1 O ENVELOPE Nº. 01 DEVERÁ CONTER:**

##### **4.1.1. Habilitação Jurídica:**

- a) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, acompanhado das alterações, devidamente registradas, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedade civil, acompanhada de prova de diretoria em exercício e respectivas alterações contratuais.

O Sr. Presidente entendeu que não foi juntado por parte da recorrente as alterações contratuais anteriores a juntada pela Licitante.

No entanto, a alteração contratual juntada já está consolidada, pois como descreve na Clausula Segunda da 9ª alteração, transcreve na íntegra o ato constitutivo da referida empresa, vejamos:

*“CLÁUSULA SEGUNDA: Para tanto, passa a transcrever, na íntegra, o ato constitutivo da referida EIRELI, com o seguinte teor”;*

Portanto, assiste razão nos argumentos lançados pela Licitante para considerar como, “cumprida” o requisito ao item 4.1.1.

#### **Da Falta de Cumprimento do item 4.1.5.3.**

A recorrente WEILLER CONSTRUÇÕES CIVEL LTDA alega que apresentou a declaração assinada na forma estabelecida no Edital, mas o Sr. Pregoeiro entendeu que a Recorrente deixou de apresentar 2 vias do anexo VII, descumprindo então o item 4.1.5.3 do Edital.

Muito embora o edital solicita a apresentação da declaração firmada em duas vias do anexo VII, a empresa recorrente a apresentou em apenas uma via, configurando assim o descumprimento das regras estabelecida no edital.

No entanto temos que distinguir o que são erros que fulmina a participação dos licitantes daqueles que podem ser corrigida pelos Sr. Presidente, sem que afetasse o prosseguimento do processo licitatório com a simples ação de tirar uma cópia do documento que ali se encontrava.

Assim vem a doutrina entendendo há alguns erros que não vicia o processo licitatório, caso do erro forma e material, e aquele que torna incompleto o documento e por isso, consequentemente, impede que a Administração conclua pela suficiência dos elementos exigidos, vejamos:

*“O erro formal não vicia e nem torna inválido o documento. Haverá um erro formal no documento quando for possível, pelo contexto e pelas circunstâncias, identificar a coisa e validar o ato.*

*Se um documento é produzido de forma diferente da exigida, mas alcançou os objetivos pretendidos ou a finalidade essencial, reputar-se-á válido (ex.: uma proposta foi manuscrita quando deveria ser datilografada ou impressa; uma proposta foi apresentada em modelo diverso do edital, mas obedeceu a todo conteúdo exigido). Segundo o princípio da instrumentalidade considerar-se-á válido um documento que,*





embora produzido de forma diferente da exigida, ainda assim, atingir a finalidade pretendida.

*Exemplos de erro formal em licitação: o erro de identificação do envelope sanado antes da sua abertura; a ausência de numeração das páginas da proposta ou documentação; os documentos colocados fora da ordem exigida pelo edital; **ausência de um documento cujas informações foram supridas por outro documento constante do envelope.***

*Erro material é o chamado erro de fácil constatação, perceptível à primeira vista, a olhos nu. Não carece de maior exame para detectar que há um flagrante desacordo entre a vontade e o que de fato foi expressado no documento. Não há necessidade de recorrer a interpretação de conceito, estudo ou exame mais acurado para detectar esse erro; ele é percebido por qualquer pessoa.*

*É o erro “grosseiro”, manifesto, que não deve viciar o documento. Nesse caso repara-se o erro material.*

*Exemplos de erro material que exigem correção e saneamento: erro aritmético (de cálculo) do valor da proposta (os preços unitários estão corretos, mas a soma ou a multiplicação está incorreta); a decisão do pregoeiro evidentemente incorreta (o licitante foi habilitado, mas na decisão constou “inabilitado”); na decisão constou uma data errada (02/10/2010, quando o correto seria 02/10/11) e por esse fato uma determinada empresa foi prejudicada; a numeração incorreta das folhas dos documentos de habilitação, corrigida pelo pregoeiro na própria sessão; decisão com data ou indicação de fato inexistente; etc.*

*Em suma, o erro material exige a correção uma vez que retrata a inexatidão material, ou seja, reflete uma situação ou algo que obviamente não ocorreu.*

*E o **erro substancial** é a que se trata de falha substancial e torna incompleto o conteúdo do documento, consequentemente, impede que a Administração conclua pela suficiência dos elementos exigidos; o julgador ficará impedido de afirmar que o documento atendeu ao edital ou apresentou as informações necessárias.*

*Não se trata de um simples lapso material ou formal, mas de “erro substancial”, ou seja, aquele que interessa à natureza do negócio, ao objeto principal da declaração ou a alguma das qualidades a ele essenciais (Código Civil, art. 139, I). A falta de*



*informação indispensável ao documento configura erro grave – substancial – que torna o mesmo insuscetível de aproveitamento; trata-se de um documento defeituoso; incompleto; não produzindo os efeitos jurídicos desejados.*

*O erro substancial provoca o efeito mais indesejado ao licitante: a inabilitação ou desclassificação.*

*Incabível para situações em que houver um erro substancial, tratá-lo como erro formal ou material. Uma vez ocorrido o erro substancial, mas não a sua consequência lógica – que seria a exclusão do licitante da disputa, o ato produzido estará suscetível à anulação, uma vez que restarão descumpridos princípios básicos do Direito Administrativo, tais como da isonomia, da vinculação ao instrumento convocatório, da legalidade, da segurança jurídica, entre outros”.*

Diante das alegações, somos pela IMPROCEDENCIA dos recursos apresentados pelas empresas CONSTRUTORA LONGUINI LTDA – EPP e EXTRACON MINERAÇÃO E OBRAS LTDA, pois deixaram cumprir o requisito estabelecido no item 4.1.3. alínea “c, mantendo as suas inabilitações; PARCIALMENTE PROCEDENTE o recurso apresentado pela empresa L.B. FERNANDES CONSTRUÇÕES EIRELI para reconhecer que o Contrato Social estava consolidado cumprindo os requisitos estabelecidos no item 4 do edital, mas deixou de cumprir o requisito estabelecido no item 4.1.3. alínea “c”, o que a mantém inabilitada, e; pela PROCEDENTE do recurso apresentado pela empresa WEILLER CONSTRUÇÕES CIVEL LTDA, pois cumpriu o item 4.1.5.3, apresentando a declaração, e habilitá-la para prosseguimento do processo licitatório, tudo conforme exposto.

É o parecer, à superior consideração

São Jorge do Ivaí – PR, 09 de março de 2018.

  
Demetrius de Jesus Bedin  
Procurador Municipal